

FEMINISMO, TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E LUTA DE CLASSES: UMA LEITURA ESTRATÉGICA

FEMINISMO, TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL Y LUCHA DE CLASES: UMA LECTURA ESTRATÉGICA

FEMINISM, SOCIAL REPRODUCTION THEORY AND CLASS STRUGGLE: A STRATEGIC READING

DOI:<https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.56899>

Pedro Meira Gava Ramos Barbosa¹

Resumo: O presente trabalho busca discutir como o feminismo marxista contemporâneo pensa o papel da luta de classes em meio à relação entre opressão das mulheres e capitalismo. Para tanto, analisamos principalmente as formulações de Cinzia Arruzza, uma referência atual e internacionalmente reconhecida desta vertente. Na primeira parte, são recuperadas algumas formulações chave do feminismo materialista francês. Em seguida, ao analisar algumas das teses centrais do feminismo marxista, abordamos as críticas que foram endereçadas ao feminismo materialista e o problema da hierarquia entre os conflitos sociais. Por fim, discutimos o papel da luta de classes à luz de algumas das reflexões estratégicas de Daniel Bensaïd.

Palavras-chave: Marxismo. Feminismo. Teoria da reprodução social. Cinzia Arruzza. Daniel Bensaïd.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir cómo el feminismo marxista contemporáneo piensa el papel de la lucha de clases en la relación entre la opresión de las mujeres y el capitalismo. Para ello, se analizan principalmente las formulaciones de Cinzia Arruzza, una referencia actual e internacionalmente reconocida en este campo. En la primera parte, examinamos algunas de las formulaciones clave del feminismo materialista francés. A continuación, analizando algunas de las tesis centrales del feminismo marxista, abordamos las críticas que se han hecho al feminismo materialista y el problema de la jerarquía entre los conflictos sociales. Por último, debatimos el papel de la lucha de clases a la luz de algunas reflexiones estratégicas de Daniel Bensaïd.

Palabras clave: Marxismo. Feminismo. Teoría de la reproducción social. Cinzia Arruzza. Daniel Bensaïd.

Abstract: This article aims to discuss how contemporary Marxist feminism considers the role of class struggle in the relationship between women's oppression and capitalism. To this end, we mainly analyze the formulations of Cinzia Arruzza, a current and internationally recognized reference in this field. In the first part, we look at some key formulations of French materialist feminism. Then, by analyzing some of the central theses of Marxist feminism, we address the criticisms that have been directed to materialist feminism and the problem of the hierarchy between social conflicts. Finally, we discuss the role of the class struggle in the light of some of Daniel Bensaïd's strategic reflections.

Keywords: Marxism. Feminism. Social reproduction theory. Cinzia Arruzza. Daniel Bensaïd.

Introdução

O feminismo, assim como o socialismo, tem suas origens nas promessas não realizadas de

liberdade e igualdade das revoluções burguesas. Não é por acaso que já nos primeiros anos da revolução francesa surge a “declaração dos direitos da mulher” (Olympe de Gouges) e a “reivindicação dos direitos da mulher” (Mary Wollstonecraft), questionando a pretensa universalidade – no fundo, abstrata e unilateral – da declaração dos direitos do homem e do cidadão (ARRUZZA, 2019, p. 35-38). No caso, diferente do que poderia parecer para um leitor não tão informado dos nossos tempos, o que estava em discussão não era uma questão predominantemente terminológica, de linguagem inclusiva; mas sim um debate a respeito do alcance efetivo das promessas de liberdade e igualdade (ainda que formais) sustentadas por aqueles que haviam acabado de derrubar o antigo regime. Olhando por um outro ângulo, de classe, o socialismo também nasce do questionamento das limitações destas mesmas promessas.

Flora Tristan, socialista e defensora da libertação das mulheres, talvez tenha sido uma das primeiras figuras emblemáticas da união entre esses dois movimentos de contestação da nova ordem vigente. Por exemplo, Cinzia Arruzza (2019, p. 37-38) mostra em seu *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo* como, ao lado de outros socialistas utópicos (nomeadamente William Thompson e Charles Fourier), ela buscava “reunir os ideais de igualdade social, o fim de qualquer exploração econômica e a completa emancipação das mulheres”.

Mas é com e a partir de Marx que o socialismo abandona suas ilusões utópicas e volta-se para a análise concreta da realidade existente, buscando investigar sua lógica interna e as contradições que a colocam em movimento. Não se tratava mais, então, de formular um ideal de sociedade, mais ou menos arbitrário, a ser imposto sobre o real. Mas sim de, através da “crítica impiedosa de tudo o que existe”, identificar as possibilidades de emancipação inscritas no próprio mundo real. O proletariado como sujeito revolucionário, neste sentido, não foi uma invenção de Marx (ainda que ele tenha efetivamente elaborado uma concepção original sobre o proletariado), mas era um elemento da própria realidade, um produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Engana-se quem pensa que Marx, ao lado de Engels, não refletiu sobre a condição de opressão sofrida pelas mulheres. E talvez engane-se ainda mais quem acredita ser possível vislumbrar um horizonte de emancipação para as mulheres sem contar com a contribuição teórica de Marx.

Este é, a nosso ver, o ponto de partida da corrente feminista que pretendemos abordar neste trabalho: o feminismo marxista. Também conhecido, a partir de suas elaborações mais contemporâneas, como feminismo da teoria da reprodução social e defensor de uma “teoria unitária”, remonta pelo menos ao “feminismo de luta de classes”² dos anos 60-80 (DUGGAN, 2013) e, ainda mais amplamente, às elaborações de teóricas marxistas e dirigentes revolucionárias como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, que refletiram sobre a condição da mulher a partir dos quadros da social-democracia alemã e do partido bolchevique russo, respectivamente (ARRUZZA, 2019, 45-54).

O problema fundamental que pretendemos abordar é: como o feminismo marxista contemporâneo pensa o papel da luta de classes em meio à relação entre opressão das mulheres e capitalismo? Para tanto, nos apoiaremos principalmente nos trabalhos de Cinzia Arruzza, uma referência

atual e internacionalmente reconhecida desta vertente. O caminho a ser seguido será o seguinte: inicialmente, recuperaremos algumas formulações chave do feminismo materialista francês; em seguida, abordaremos a crítica que tais formulações receberam do feminismo marxista ao elaborarem suas próprias concepções e analisaremos o problema da hierarquia entre os conflitos sociais; por fim, buscaremos discutir o papel da luta de classes à luz de algumas reflexões estratégicas de Daniel Bensaïd.

Feminismo materialista francês: o entrecruzamento das relações sociais de sexo, classe e raça

O feminismo materialista francês é uma das principais vertentes teóricas do movimento feminista. Não pretendemos aqui delinear os traços de sua história, nem discutir todas as suas contribuições³. Em uma abordagem necessariamente limitada e parcial, nossa intenção é tão somente reconstruir algumas de suas teses e formulações, a fim de tornar mais claro o diálogo feito pelas feministas marxistas com esta corrente.

Uma das ideias centrais do feminismo materialista é a de que a sociedade está estruturada em torno de algumas “relações sociais” (particularmente das relações de sexo, classe e raça)⁴. Danièle Kergoat (2010, p. 93-95), uma das expoentes desta vertente na França, em seu artigo *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*, insiste não só na relevância deste conceito, mas também na necessidade de se precisar o seu sentido. Em síntese, uma relação social seria uma “relação antagônica entre dois grupos sociais”, em torno da qual dá-se uma “*disputa* [enjeu]”. Por isso mesmo, na visão da autora, trata-se de uma relação que envolve o conflito. Além disso, as relações sociais não devem ser confundidas com as “relações intersubjetivas”: estas dizem respeito a “indivíduos concretos”, ao passo que a primeira remete a um conflito entre grupos a nível social. Esta distinção seria importante na medida em que nos permitiria identificar que, embora as relações intersubjetivas entre os sexos, por exemplo, possam ter se alterado, as relações sociais entre os diferentes grupos sociais em conflito “continuam a operar e a se manifestar em suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão”⁵.

É também importante, nesta perspectiva, a concepção de que tais relações sociais são “relações de produção” (materiais e simbólicas) (KERGOAT, 2010, p. 99-100). Isto estaria associado a um princípio *materialista*, de acordo com o qual tais relações sociais envolvem um processo de “apropriação do trabalho de um grupo por outro”, onde “entrecruzam-se exploração, dominação e opressão”, como já mencionamos. Segundo Kergoat (2010, p. 95), estas três formas canônicas poderiam ser ilustradas “pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violência”. No caso das relações sociais de sexo, as disputas estariam relacionadas à “divisão do trabalho entre os sexos e [a]o controle da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres”. No entanto, alerta a autora que também é necessário entender tais relações sociais em seu caráter dinâmico, seguindo um outro princípio – desta vez, *histórico*: as relações sociais “devem ser historicizadas, pois possuem uma estrutura que permite sua permanência, mas também passam por transformações”.

Uma das formulações originais desta vertente do feminismo é a tese da *consubstancialidade* e

coextensividade das relações sociais. Por consubstancialidade, termo tomado de empréstimo da teologia, entende-se “unidade de substância”, isto é, a ideia de que as relações sociais “formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” (KERGOAT, 2010, p. 94). Já por coextensividade, entende-se que as relações sociais de raça, gênero e classe “se reproduzem e se co-produzem mutuamente”. Nesta “imbricação” e “entrecruzamento dinâmico e complexo”, haveria uma interação recíproca entre tais relações sociais: “cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”. Este entrecruzamento entre relações sociais corresponderia ao “entrelaçamento entre os *sistemas* de classe, raça e sexo”, que possuem cada um as “suas próprias instâncias” (KERGOAT, 2010, p. 97 e 99 - grifo nosso), perspectiva esta que pressupõe a existência de três sistemas independentes que formam uma totalidade social.

Esta noção de interação recíproca também ajuda a entender a posição segundo a qual não haveria hierarquia entre as relações sociais: “Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e secundárias”. Helena Hirata (2014, p. 63) nota, em seu debate sobre as noções de interseccionalidade e consubstancialidade, que apesar de suas divergências um ponto de convergência entre ambas é precisamente a ideia da “não hierarquização das formas de opressão”. No entanto, a despeito desta concordância, as feministas materialistas não incluem em seu rol de opressões o que está para além das categorias de “classe, gênero e raça”, deixando de fora por exemplo questões como idade, capacidade e cidadania, por não estarem “num mesmo plano”⁶.

Esta compreensão, ao lado da concepção de “relação social” sustentada por Kergoat, conflui na elaboração de uma visão que poderíamos entender como “equalizadora” das diferentes relações sociais, na medida em que – a despeito de suas especificidades – todas funcionariam de modo análogo e não se poderia dizer que uma desempenha um papel preponderante, central ou “principal”. Nesta perspectiva, os grupos contrapostos a partir de cada relação social podem ser todos entendidos, sem maiores problemas aparentes, como “classes” em conflito: “classe sexual, classe social, classe étnica” (KERGOAT, 2010, p. 97). O que, em uma perspectiva marxista, como veremos mais adiante, leva a impasses políticos de grande relevância.

Feminismo marxista: a teoria da reprodução social e o papel da luta de classes

Em uma entrevista concedida em 2019 a duas pesquisadoras brasileiras, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya comentam brevemente sobre suas próprias trajetórias e a maneira como confluíram nelas a experiência militante no movimento feminista e em organizações marxistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 147-149). Segundo Bhattacharya, dentro da esquerda existiriam duas grandes visões em relação às posições de Marx e Engels sobre a questão das mulheres. De um lado, uma visão de que Marx e Engels são “apenas marginalmente úteis” para compreender esta questão. De acordo com esta visão, mesmo nos casos em que se adere a uma concepção “materialista histórica” da realidade, entende-se que a teoria marxista seria uma boa ferramenta apenas para “descrever o capitalismo”, mas não para analisar como se dá a opressão das mulheres, o que exigiria uma perspectiva teórica distinta. Esta visão seria

característica das “teorias dualistas”, que sustentam a existência de dois ou até três sistemas separados: capitalismo, patriarcado e racismo, cada um exigindo uma concepção teórica particular para ser compreendido (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 150-151).

De outro lado, a concepção teórica defendida pelo feminismo marxista sustentado pelas autoras entende que Marx e Engels teriam contribuições importantes para se entender a opressão das mulheres: “quando Marx e Engels falam sobre a organização generalizada da força de trabalho e do capital, é aí que podemos encontrar as sementes de como a opressão das mulheres estrutura o sistema”. De maneira esclarecedora, Arruzza chega a usar a mesma denominação mencionada por Duggan para caracterizar a sua concepção: trata-se de defender um “feminismo de luta de classes” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 156).

Em seu texto *O que é a teoria da reprodução social*, publicado inicialmente no jornal *Socialist Worker*, da *International Socialist Organization* (ISO) estadunidense, Bhattacharya defende o marxismo como “uma das melhores armas para lutar pela libertação das mulheres”. No entanto, para ela isto não significa deixar de pontuar sejam os limites históricos de determinadas teorias marxistas sejam os conflitos e tensões que atravessam a história das organizações marxistas. Em parte, a “causa revolucionária da justiça de gênero” sofreu com prejuízos causados “em nome do marxismo”. De outra parte, contraditoriamente, o marxismo “permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo” (BHATTACHARYA, 2019, p. 101-102).

Esta breve introdução serve para situar a vertente do feminismo marxista em relação ao marxismo. Não se trata, como pudemos notar, de uma perspectiva externa ou paralela à teoria marxista, mas interna: propõe-se a ser um desenvolvimento da teoria marxista a partir da sua concepção de mundo. Feita esta apresentação geral, podemos discutir agora algumas das teses desta corrente.

Em seu artigo *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*, publicado originalmente na revista *Vienpoint*⁷, com o objetivo de demonstrar a força da perspectiva feminista marxista, Cinzia Arruzza propõe-se a elaborar ao mesmo tempo uma diferenciação em relação ao feminismo materialista e em relação ao que ela chama de tese do “capitalismo indiferente”.

Em primeiro lugar, ela sintetiza da seguinte maneira a perspectiva do feminismo materialista, representante da tese dos “sistemas duplos ou triplos”: “gênero e relações sexuais constituem um *sistema autônomo* que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto é, ao mesmo tempo, modificado pelo capitalismo em um processo de *interação recíproca*” (ARRUZZA, 2015a, p. 36 - grifo nosso). Em contraposição, a tese da “teoria unitária” defendida pela autora seria a de que “nos países capitalistas não existe mais um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo”. Na verdade, existem “relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo” (ARRUZZA, 2015a, p. 57).

Das críticas endereçadas ao feminismo materialista (e à teoria dos sistemas duplos ou triplos), interessa-nos destacar aqui uma essencial. Segundo Arruzza, é um equívoco falar em exploração na esfera da família, pois a exploração capitalista é caracterizada por um “processo ou mecanismo de expropriação de um excedente produzido por uma classe produtora para benefício de outra classe” (ARRUZZA, 2015a, p. 39-

40)⁸. No sentido marxista, tem-se uma “forma específica de exploração que consiste na extração da mais-valia produzida pelo trabalhador em benefício do capitalista”⁹. Desta perspectiva, a definição de patriarcado como um “sistema de exploração” incorreria em um problema, ao supor a existência de “um grupo explorador e outro explorado”, isto é, de uma classe de exploradores (homens) e outra de exploradas (mulheres). Arruzza (2015a, p. 41) aponta como esta concepção levaria à conclusão de que “existe um antagonismo irreconciliável” entre homens e mulheres. Pois, se existem “classes sexuais” tal como existem classes sociais, o antagonismo irreconciliável existente entre estas também seria observado entre aquelas.

Porém, a autora insiste: na família “não há nenhuma apropriação de um ‘excedente’”. “Um homem não perderia nada, em termos de carga de trabalho, se a distribuição do trabalho de cuidado estivesse completamente socializada, ao invés de ser realizada por sua mulher. Em termos estruturais, não existem interesses antagonistas ou irreconciliáveis” (ARRUZZA, 2015a, p. 42). Na leitura do feminismo marxista, o problema seria antes a privatização (no interior das famílias) do trabalho de cuidado e a falta de socialização deste trabalho via poder público, levando a um processo de divisão desigual do trabalho e dos tipos de trabalho entre homens e mulheres.

Se retomarmos agora a noção de “relação social” defendida pelo feminismo materialista, na figura de Danièle Kergoat – segundo a qual haveria três relações sociais consubstanciais (de classe, sexo e raça), todas e cada uma delas atravessada por um conflito “antagônico”, como já visto –, não é difícil perceber as diferenças com a abordagem do feminismo marxista. O problema: a equiparação entre as relações de classe e as demais “relações sociais”. Todas as relações sociais são entendidas como sendo atravessadas por um processo de “exploração” e o conflito interno a cada uma delas é não apenas equalizado (em termos de exploração, dominação e opressão) como é também entendido como uma “relação antagônica”. Ou seja, o antagonismo ou contradição irreconciliável, que as feministas marxistas localizam somente nas *relações de classe*, é identificado pelas feministas materialistas em *todas as relações sociais*. Nas palavras de Arruzza (2019, p. 103-104), as feministas materialistas consideram que homens e mulheres “formam duas classes antagônicas dentro das relações de produção, que se fundamentam em uma relação de exploração em que os homens lucram com o trabalho das mulheres”.

A consequência política deste enfoque é dramática: estariam assim dinamitadas as possibilidades de aliança entre os explorados e oprimidos. De acordo com a concepção marxista, a classe trabalhadora, por possuir um interesse antagônico ao da burguesia, não pode aliar-se a esta para defender seus interesses históricos de emancipação. De maneira similar, se procedesse a ideia do feminismo materialista de que todas as relações sociais fundamentais trazem consigo um conflito antagônico, as mulheres enquanto “classe sexual” não poderiam se aliar aos homens (“classe patriarcal”) para buscarem libertar-se de sua opressão. Em outros termos, os homens seriam tão *inimigos* das mulheres como os burgueses são *inimigos de classe* dos trabalhadores. O mesmo raciocínio valeria para a relação entre brancos e negros. Vê-se sem maiores dificuldades o impasse político-estratégico a que leva esta perspectiva.

Cinzia Arruzza se mostra bastante consciente deste problema. Ela chama atenção para o fato de que Christine Delphy, em seu *O inimigo principal*, chega mesmo a sustentar que “ser um membro da classe

patriarcal é um fato mais importante do que fazer parte da classe capitalista” (ARRUZZA, 2015a, p. 41). O que, a nosso ver, coloca a contradição entre homens e mulheres em um patamar superior em relação à contradição entre as classes sociais. No mesmo sentido, preocupada com as consequências políticas geradas por esta “confusão analítica”, Arruzza (2019, p. 105-107) afirma que esta concepção segundo a qual “existe uma classe composta por mulheres, sejam elas esposas de industriais magnatas ou muito pobres, que estabelece uma relação antagônica com a classe masculina de exploradores” é combinada com a posição de que “o ‘inimigo principal’ das mulheres é o patriarcado”. Considerando que a relação entre homens e mulheres é entendida como uma relação de exploração, definida inclusive em termos de uma “escravidão”, Arruzza levanta a seguinte pergunta: “que tipo de afeto, sexualidade, relação e alianças são possíveis de se estabelecer entre um escravo e seu mestre?”

Um segundo ponto-chave da crítica ao feminismo materialista reside no seguinte: se o patriarcado é um sistema autônomo, qual seria a sua “força motriz” (ARRUZZA, 2015a, p. 42-43)? Na visão do feminismo marxista, não existe esta força motriz independente. Em relação ao capitalismo, por outro lado, isto já seria plenamente identificável a partir da teoria marxista: a “lógica” interna que guia o funcionamento do modo de produção capitalista é o “processo de valorização do valor”. Isto nos parece fundamental, pois aqui a autora identifica uma lógica que determina o funcionamento do capitalismo, enquanto totalidade social, mesmo deixando claro que a identificação disto não encerra toda a questão. Porém, a relevância deste ponto é que, a partir dele, torna-se possível explicar “a lógica subjacente da relação entre a opressão das mulheres e a dinâmica capitalista” (ARRUZZA, 2017, p. 43). Pois é precisamente a lógica do capital que determina o funcionamento da relação entre as opressões e o capitalismo. Nas palavras de Arruzza (2015a, p. 44), trata-se do “princípio organizativo” que articula as diferentes relações de classe, gênero e raça. Este é o terceiro ponto-chave da crítica feita pelo feminismo marxista¹⁰.

Já as discordâncias com a tese do capitalismo indiferente parecem estar relacionadas à ideia de que o capitalismo, na verdade, não seria indiferente e sim dependeria necessariamente da opressão das mulheres (ARRUZZA, 2015a, p. 48-52). Isto é, melhor dizendo: a opressão das mulheres seria uma “consequência necessária” do capitalismo. Esta polêmica é travada sobretudo contra a posição de Ellen Meiksins Wood, que no entanto elabora sua concepção a partir de uma distinção entre a “estrutura lógica do capital e suas dimensões históricas”. O argumento de Arruzza se sustenta, em resumo, na ideia de que embora não seja possível demonstrar a “necessidade lógica” da opressão das mulheres para o funcionamento do capitalismo, a partir da história concreta é possível identificar que “uma formação social capitalista desprovida de opressão de gênero (em suas várias formas) jamais existiu”: “procurando responder à questão de se é possível atingir a emancipação e libertação das mulheres sob o modo de produção capitalista, devemos buscar a resposta no nível da análise histórica concreta, não a nível da análise abstrata do capital”.

Deste modo, mesmo não sendo uma “necessidade lógica”, ainda assim a opressão das mulheres seria uma “consequência necessária” do capitalismo: “dentro da sociedade capitalista a opressão das mulheres e as relações de poder são consequências necessárias do capitalismo (...) esse fenômeno não tem sua própria lógica independente” (ARRUZZA, 2015a, p. 45). Este aspecto

desempenha um papel central na argumentação de Arruzza, na medida em que sua posição busca afastar a crítica de que o feminismo marxista seria “funcionalista”, isto é, que se limitaria a considerar a opressão das mulheres como “funcional” (útil) ao capitalismo, e não como algo necessário¹¹.

A despeito de suas divergências, há um ponto fundamental de acordo do feminismo marxista com o feminismo materialista: a rejeição da hierarquia entre as relações de classe, sexo/gênero e raça ou entre exploração e opressões. Segundo as representantes de ambas as vertentes, não haveria nenhuma “contradição principal” (em detrimento de outras “secundárias”). Todas teriam uma relevância equivalente.

Porém, se no caso das feministas materialistas isso é relativamente coerente com sua teoria, acreditamos que não se pode dizer o mesmo em relação ao caso das feministas marxistas. Justamente porque, quando pretendem explicar a articulação entre opressão das mulheres e capitalismo, mobilizam a ideia central de que este processo seria determinado pela lógica da “acumulação capitalista” (ARRUZZA, 2015a, p. 56-57). Tithi Bhattacharya (2023b, p. 20 - grifo nosso), por exemplo, afirma que na teoria da reprodução social “a opressão é teorizada como estruturalmente relacionada e, portanto, *moldada pela produção capitalista*”. Embora sutil, esta ideia de que a opressão é moldada pelo capitalismo indica que a dinâmica das opressões, no interior da sociedade capitalista, é determinada pela lógica do capital, isto é, pelas exigências de sua acumulação ampliada. De maneira similar, a mesma autora afirma que “como a relação salário/trabalho, no capitalismo, ‘ocupa os espaços da vida cotidiana não remunerada’, o tempo da reprodução [social da força de trabalho] deve necessariamente responder aos impulsos estruturantes do tempo da produção” (BHATTACHARYA, 2023b, p. 30). Nesta passagem, é clara a ideia de que a reprodução social, esfera na qual se funda materialmente a opressão das mulheres, está subordinada à lógica da produção capitalista¹².

No mesmo sentido, encontramos em, *Feminismo para os 99%: um manifesto* uma tese que enfatiza particularmente o fato de que a reprodução social, no interior do capitalismo, está *subordinada* à lógica da produção capitalista: “Tese 5: A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37-41). Em síntese, todas estas passagens parecem apontar na seguinte direção: é a lógica do capital que subordina tudo, inclusive as diversas formas de opressão, aos imperativos da acumulação capitalista¹³.

Mas mesmo as feministas materialistas são levadas, no fundo, a um processo de hierarquização, ainda que indireto. Isto porque, como já mencionamos, desconsideram uma série de relações opressivas que algumas abordagens da interseccionalidade, por exemplo, incluem no mesmo patamar que as relações de sexo, raça e classe. Ora, dizer que apenas estas três relações sociais são as “fundamentais” não é o mesmo que dizer que elas desempenham um papel mais relevante e determinante que as demais? Portanto, não é o mesmo que estabelecer uma hierarquia? O fato desta hierarquia não ser interna à articulação destas três relações sociais fundamentais não faz com que não se opere, efetivamente, um processo de hierarquização.

Ao mesmo tempo, as feministas materialistas certamente não concordariam que, ao fazer isto, estariam ignorando ou menosprezando a importância e legitimidade das demais lutas sociais¹⁴.

Naturalmente, há outras maneiras de se pensar a problemática da articulação entre classe, raça e gênero. O trabalho de Livia Moraes (2021, p. 135-139 e 149-155), por exemplo, apresenta uma contribuição para o debate da teoria da reprodução social sustentando que a dialética entre universal, particular e singular – trabalhada pela autora à luz de Marx e Lukács, sobretudo – é um caminho alternativo para abordar a questão da articulação entre classe, gênero e raça, sem se recorrer a nenhuma hierarquização.

A luta de classes pelo prisma da razão estratégica

Para avançar em nosso debate estratégico sobre o papel da luta de classes, tomaremos como referência as reflexões de um autor bastante caro a Cinzia Arruzza: Daniel Bensaïd, importante pensador marxista francês que colocou no centro de suas preocupações teóricas o combate ao que considerava ser o eclipse da “razão estratégica”, iniciado desde os anos 80 com a contrarreforma liberal levada a cabo pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (BENSAÏD, 2017, 2023)¹⁵. Possivelmente influenciado pelos debates que se desenrolaram no contexto francês a partir das feministas materialistas, mas também (e talvez sobretudo) das feministas marxistas de sua própria corrente política, Bensaïd problematizou as noções de “contradição principal” e “contradição secundária” para pensar as relações de classe e as relações de opressão. Formado politicamente na esteira da esquerda revolucionária que soube se oxigenar com os ares das lutas dos anos 60, Bensaïd desde jovem esteve inserido em uma organização política que se abriu para e levou bastante a sério os debates do movimento feminista. Não foi por acaso que a revista teórica de sua corrente publicou, já nos anos 70, dois volumes integralmente dedicados à questão das mulheres e do feminismo (*Critique Communiste*, n. 4, “Feminismo, família e sexualidade”, 1975; n. 20, “Mulheres, capitalismo e movimento de trabalhadores”, 1977)¹⁶.

Contudo, esta objeção de Bensaïd tinha um alvo bastante direcionado: a visão reducionista e economicista que tendia a desconsiderar a relevância da luta contra a opressão das mulheres no presente, relegando-a para um futuro pós-revolução (GAVA, 2023, p. 17-19). Em sua compreensão, alinhada com as perspectivas das feministas marxistas, a opressão das mulheres não só existiu antes do capitalismo como não deixaria de existir espontaneamente após a sua derrubada. Assim, seria necessário tanto uma luta específica pela libertação das mulheres como uma autonomia do movimento de mulheres (BENSAÏD, 1995, p. 144-145).

Concordamos integralmente com esta concepção. Porém, é o próprio Daniel Bensaïd quem nos ajuda a manter esta perspectiva e combiná-la com o reconhecimento da centralidade estratégica da luta de classes. Pois, vejamos. Se por um lado a sociedade de classes não é uma sociedade em que apenas existem classes, mas sim uma sociedade “cujo funcionamento está estruturado em torno das relações de classe”, de modo que as lutas de classe estão “no centro da transformação social e histórica”; e, por outro lado, que o conflito de classes “não é um conflito entre outros”, pois é ele que “estrutura o conjunto da socialização”. Logo, torna-se mais evidente o papel de destaque da luta de classes (BENSAÏD, 1995, p. 109, 112 e 144).

próprios imperativos de reprodução”. Esta formulação bensaïdiana converge de maneira significativa com as teses do feminismo marxista, analisadas anteriormente (vide Tese 5 do manifesto *Feminismo para os 99%*, por exemplo). O que nos interessa nesta passagem é a ideia de que, embora a opressão das mulheres existisse anteriormente ao capitalismo, o capital “a redefina, a remodela, a reorganiza”, de modo a subordiná-la às exigências de sua acumulação ampliada. Mais uma vez, quem dita a dinâmica da relação entre exploração e opressões é a lógica do capital, fundada no antagonismo entre capital e trabalho. É neste sentido que podemos entender o conflito de classes como sendo aquele que está localizado no “coração do modo de produção dominante” (BENSAÏD, 1995, p. 136, 129 e 144). A exploração de classe, portanto, possui um “estatuto distinto da opressão”.

Na perspectiva de Bensaïd, então, a luta de classes exerce uma “função estratégica”: é ela que pode servir de “vetor de universalização”, capaz de “articular as diferentes contradições sociais”. Em seu *Marx, manual de instruções*, um trabalho do final de sua vida, Bensaïd (2013, p. 58, 162 e 51) trabalha explicitamente com a ideia da “centralidade da luta de classes”. Para ele, a “oposição entre capital e trabalho” possui uma “importância decisiva”, pois é a “dominação sistêmica do capital” que condiciona e articula o conjunto das contradições sociais¹⁷. Por esta razão, “sem negar suas especificidades [de tais contradições], a luta de classes pode lhes servir (...) de traço de união”. O capital desempenha assim o “papel de um grande sujeito impessoal unificador”, fundamentando a “unidade negativa” das lutas sociais e políticas: negativa porque o que pode unificar o conjunto dos explorados e oprimidos é justamente a sua oposição à dominação do capital, o interesse objetivo e compartilhado de derrotar o grande inimigo em comum (BENSAÏD, 2000, p. 75 e 77).

Deste ponto de vista, como já adiantamos, o conflito de classes “não é apenas mais um, um simples elo de uma cadeia enumerativa” (BENSAÏD, 2004, p. 92). Na verdade, ele está “no centro da extração de mais-valor, da lógica de acumulação do capital”. Enraizando-se “no cerne do sistema”, a luta de classes é “portadora de universalidade” e constitui-se no “eixo em torno do qual se articulam e se definem as identidades” (BENSAÏD, 2008, p. 40). Esta visão, como observamos acima, opõe-se precisamente à abordagem que procede a uma mera enumeração e justaposição indiferenciada dos diversos conflitos sociais, fazendo com que a luta de classes deixe de desempenhar o seu “papel privilegiado”. Na perspectiva estratégica defendida por Bensaïd, ao contrário, “os elementos da luta pela hegemonia não são equivalentes: o conflito de classe determina todo o encadeamento”. Para Gramsci, segundo Bensaïd (2009, p. 334 e 338), “os sujeitos hegemônicos se constituem necessariamente a partir das classes fundamentais”, de modo que o “conceito de hegemonia, marcado por uma perspectiva estratégica, é irreduzível a um inventário ou a uma soma de antagonismos sociais equivalentes”. Ele “implica uma união de forças em torno de relações de classe”.

Uma das noções que Bensaïd mobiliza para pensar o papel das relações de classe é o conceito de “contradição dominante” (BENSAÏD, 2009, p. 338-339). Se por um lado existem uma série de contradições permeando a vida social, por outro há uma delas que desempenha um papel especial. Se o conflito de classes é uma contradição dominante, pode-se concluir que os demais conflitos são

contradições não dominantes. Embora Bensaïd rejeite as noções de contradição primária e secundária, pelas razões que já expusemos, caberia se perguntar se esta distinção entre contradição dominante e não dominante não é também uma forma de hierarquização. Dizer que uma contradição é dominante e que é a responsável pela estruturação e articulação da totalidade social não significa dizer que ela possui um peso maior ou superior do que as demais contradições? Seguramente isto não necessita – e não deve – implicar a ideia de que as demais contradições são meros efeitos derivados mecanicamente desta contradição dominante, que não possuem um papel específico e/ou que não são importantes para a dominação do capital e para a organização da luta política. Mas implica a necessidade de construção de uma convergência estratégica fundamental em torno da luta contra o capital: “Isto não implica a subordinação dos diferentes movimentos sociais a um movimento operário em permanente reconstrução, mas a busca de convergências nas quais o próprio capital seja o princípio unificador ativo”. Parte das objeções feitas à visão de que as contradições sociais estão hierarquicamente organizadas está relacionada às preocupações expressas pelo próprio Bensaïd. Outra parte parece estar relacionada à ideia de que, se a relação entre exploração e opressões é “dialética”, logo implica interação recíproca e, portanto, nenhum dos termos determina o outro mecânica ou unilateralmente, mas ambos “se determinam e se condicionam reciprocamente” (BENSAÏD, 2008, p. 52). O problema deste raciocínio é a sua incompletude. Sim, a dialética envolve uma interação recíproca, uma determinação e condicionamento recíprocos. No entanto, em Marx a dialética não exclui a existência de um “momento predominante” [*übergreifende Moment*]. Por exemplo, quando discute a relação entre os diferentes momentos da produção (produção – distribuição – troca – consumo), Marx (2011) deixa muito claro que a produção, embora esteja em interação e seja determinada também pelos outros momentos da totalidade, é o “momento predominante”¹⁸.

Portanto, uma abordagem dialética não é aquela que apenas trabalha com a interação ou determinação recíproca dos elementos em contradição, mas também aquela que reconhece no interior deste processo a ação de um momento predominante, que condiciona e articula a totalidade¹⁹. Na discussão que estamos apresentando aqui, é o conflito de classes que – enquanto contradição dominante, determinada pela oposição antagonica entre capital e trabalho – desempenha este papel de momento predominante.

Insiste Bensaïd (2003, p. 22): o papel central da luta de classes em Marx “é antes de ordem estratégica: reunir os protestos particulares e superar as diferenças em uma luta comum e em um processo de universalização”. Desta maneira, a solidariedade e a unificação dos explorados e oprimidos, em toda a sua diversidade (inclusive atravessada por conflitos internos), não resulta de uma “vontade arbitrária” ou de um “voluntarismo ético”, que condena moral e abstratamente todas as formas de injustiça (BENSAÏD, 2008, p. 52). Mas “resulta da generalização das relações mercantis impostas pelo despotismo do capital que penetra todos os poros da vida social e sobredetermina todas as formas de opressão e de dominação”. Portanto, é o capital o “grande unificador do tempo-espaço estratégico” (BENSAÏD, 2003, p. 22).

Se pensarmos esta problemática nos termos da dialética entre universal e particular, entendemos que “a luta pela emancipação do proletariado constitui, sob o capitalismo, a mediação concreta da luta pela emancipação universal”. Evitando recair em uma abordagem que toma a

universalidade de maneira abstrata, desconsiderando as diferenças internas que compõem uma totalidade, é necessário trabalhar então com a perspectiva de uma “universalidade concreta em mudança”: “O projeto de ‘mudar o mundo’ apoia-se em uma classe particular portadora de universalização concreta” (BENSAÏD, 2008, p. 86 e 92)²⁰.

Refletindo sobre a questão ainda por um outro ângulo, percebemos que as relações de classe e as relações de opressão (de gênero, raça e sexualidade) “não dependem nem da mesma temporalidade nem do mesmo grau de abstração” (BENSAÏD, 1995, p. 145). Em Marx, no nível de abstração correspondente ao do modo de produção, “o conceito de classe aparece sexualmente neutro”. Isso que para alguns poderia parecer uma concepção problematicamente abstrata da classe – posto que sem gênero, raça e sexualidade –, na verdade é apenas um nível mais elevado (abstrato) da análise, no qual estas determinações ainda não são consideradas. Se realmente é uma concepção das classes em termos mais abstratos, no entanto, trata-se de uma “abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum” (MARX, 2011, p. 56). Neste sentido, ela não é em si problemática, ainda que seja insuficiente para pensar a luta política, cujo terreno efetivo é o da realidade concreta, historicamente determinada. Conceber a classe em termos mais abstratos, portanto, significa extrair da realidade o que há de comum e que permite identificar as determinações essenciais das classes sociais, seus traços característicos, que são universalmente compartilhados, ainda que de maneiras diferentes. Basta pensar, por exemplo, que o proletariado sempre estará inserido na relação social de exploração entre capital e trabalho, considerando que esta é uma de suas determinações essenciais, ainda que os modos particulares pelos quais esta relação de exploração será vivenciada dependerá da ação de outras determinações (de gênero, raça, nacionalidade...), consideradas em um momento mais concreto da análise.

Esta discussão envolvendo o grau de abstração da relação de classe é importante porque nos ajuda a compreender a anterioridade lógica da classe. Mesmo que a opressão das mulheres preceda historicamente a relação de exploração capitalista, lembra Bensaïd (1995, p. 136), a “ordem cronológica” não determina a “articulação lógica das contradições”. Isso carrega suas consequências políticas. Se pensarmos nos diferentes conflitos sociais, percebemos que o conflito de classe desempenha um papel de delimitação de dois campos sociais antagônicos: exploradores e explorados. Neste sentido podemos entender porque a “diagonal de classe” pode ser pensada como um “fronte de classe”, na medida em que o fronte de uma batalha estabelece a linha divisória entre aliados e inimigos.

Deste ponto de vista, se dissermos que a classe determina o sujeito revolucionário – o proletariado –, não recairemos em nenhum problema. Porém, o mesmo não ocorre se pensarmos em termos de relações de gênero (ou raça ou sexualidade). Embora para fins políticos seja insuficiente pensar o sujeito revolucionário apenas em termos de classe, como já apontamos, não há nenhum problema com esta afirmação em si mesma. Pois, de fato, o proletariado, enquanto unidade da diversidade, abarca o conjunto dos homens e mulheres (brancos e negros, etc.) que compõem esta classe, em toda a sua heterogeneidade. E todos eles estão em um mesmo campo de classe, no qual podem se forjar alianças estratégicas e a partir do qual podem ser identificados os inimigos de classe.

Já se pensarmos abstratamente em termos de gênero, que “as mulheres são o sujeito revolucionário”, esta frase contém um problema (lógico e político) interno. Diferentemente do que ocorre no caso das relações de classe, a abstração “as mulheres” acaba por incluir como sujeito revolucionário duas classes antagônicas, mulheres exploradoras e mulheres exploradas. Isso demonstra que as relações de gênero, embora desempenhem um papel fundamental no interior do capitalismo, não podem servir, em si mesmas, para delimitar os campos de aliança, tal como as relações de classe o fazem. Do ponto de vista estratégico, as mulheres exploradas estão em um campo oposto ao das mulheres burguesas. Aliás, pela própria lógica de funcionamento do capitalismo, as mulheres burguesas são contraditoriamente interessadas na manutenção das relações de opressão da maioria das mulheres, na medida em que tais relações são um dos braços de sustentação da dominação capitalista. Não é por acaso que as feministas marxistas, sobretudo as autoras da teoria da reprodução social, possuem uma grande preocupação em criticar as armadilhas do feminismo liberal (vide Tese 2 do *Feminismo para os 99%*: “O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo”).

Disso somos levados a concluir que o conflito de classes vem antes do conflito de gênero. Em termos de estruturação e articulação do conjunto das contradições sociais, o conflito de classe vem em primeiro lugar, estabelecendo uma linha divisória entre exploradores e explorados. Este fronte ou diagonal de classe estabelece as oposições antagônicas entre inimigos e (potenciais) aliados. Os demais conflitos sociais, é claro, atravessam o interior desta linha divisória de classe, porém não mais para demarcar inimigos (internos ao mesmo campo de classe), mas sim opressões e “privilégios” relativos, que contribuem para dividir o conjunto dos explorados e oprimidos. Por esta razão, o combate a todas as formas de opressão que atravessam a classe trabalhadora é fundamental, pois só assim podem-se criar as condições mais favoráveis para a unificação da classe contra o seu inimigo comum: o capitalismo.

Diante de todas estas considerações, e feitas as devidas ressalvas, não vemos razão para não incorporar a noção de que a luta de classes possui um peso superior em relação aos demais conflitos sociais. Portanto, que há hierarquia e que ela não é arbitrária, mas sim determinada pela dinâmica do capitalismo e pela lógica do capital. Logo, do ponto de vista da luta pela emancipação dos explorados e oprimidos, a luta de classes possui uma centralidade estratégica.

É evidente que, politicamente, a demarcação a respeito da não hierarquização dos conflitos sociais desempenha uma função: insistir que para organizar a luta e a transformação da realidade histórica, que lida com sujeitos concretos, de carne e osso, não se pode falar apenas de classe ou de gênero/sexualidade ou de raça. É necessário articular as três dimensões se se pretende construir uma política na qual os explorados e oprimidos se vejam representados tanto a nível programático (de reivindicações e projeto) como a nível de organização da luta (nas direções e como porta-vozes). Porém, em nossa compreensão, não é preciso rejeitar a existência de uma hierarquia para defender a necessidade de articulação de todas as frentes de luta em torno de um projeto de emancipação comum. A luta de classes pode cumprir o seu papel estratégico unificador sem que isto implique a desconsideração do combate às outras formas de opressão.

A nosso ver, esta visão encontra-se implícita, ainda que ambigualmente, nas formulações do feminismo marxista. Para além do que já dissemos, um outro ponto-chave para sustentar esta tese é o reconhecimento, por Cinzia Arruzza, de que há um antagonismo irreconciliável nas relações de classe, entre trabalhadores e capitalistas, mas que o mesmo não se dá nas relações de gênero, entre homens e mulheres. Esta diferença crucial não pode ser negligenciada ou mesmo suprimida através de uma fórmula de equivalência ou ausência de hierarquia entre os diferentes conflitos sociais. Embora esta operação teórica seja compreensível por suas preocupações e motivações políticas – que em grande medida compartilhamos, como esperamos ter deixado suficientemente claro –, acreditamos que seja necessário restituir a centralidade estratégica da luta de classes, sobretudo em tempos em que o capital renova suas modalidades de dominação, buscando absorver simbólica ou topicamente demandas dos oprimidos e esvaziando seu conteúdo de classe. E isto deve ser feito entendendo simultaneamente a necessidade de se pensar e forjar, na teoria e na prática, uma perspectiva de luta de classes feminista, antirracista e pela diversidade sexual e de gênero.

Considerações finais

Este trabalho buscou discutir algumas das formulações sustentadas pelo feminismo marxista, por meio da análise das elaborações de uma das grandes expoentes do feminismo da reprodução social, Cinzia Arruzza. O movimento feminista – ao lado do movimento negro, LGBTQ+, indígena e ecológico (assim como tantos outros movimentos sociais) – ajuda o marxismo a se atualizar e se reinventar à luz dos desafios do presente. Evita que o seu olhar se estreite e se restrinja à questão da exploração. Desse modo, contribui para que o marxismo tenha uma visão mais integral sobre o conjunto da vida social, sobre o modo de vida determinado pelo capitalismo, tocando em diferentes temas e questões que afetam a vida cotidiana da classe trabalhadora e dos oprimidos.

Neste espírito, entendemos que o feminismo marxista tem sido responsável por avanços teóricos substantivos na consideração das relações entre classe, gênero e raça, abrindo um campo fértil de debate e oferecendo contribuições inegáveis para uma “renovação do marxismo” (ARRUZZA, 2019, p. 140; MARCELINO, 2019). Tendo em vista que “o projeto de desenvolver a TRS [Teoria da Reprodução Social] é contínuo e coletivo” e está “em andamento” (BHATTACHARYA, 2023b, p. 42), nossa intenção aqui foi oferecer uma contribuição para este quadro coletivo de reflexão.

Se nós estivemos preocupados particularmente com o papel conferido à luta de classes nas elaborações do feminismo da reprodução social, isto não significa que a consideremos de maneira reducionista e economicista: pelo contrário, como Daniel Bensaïd já insistia, a luta de classes não se restringe à esfera da produção. Na realidade, ela atravessa o conjunto da sociedade, estabelecendo uma polarização estratégica fundamental. E é necessário entender, como têm sustentado as autoras da teoria da reprodução social, que as lutas contra as opressões são também parte da luta de classes²¹. Portanto, que precisamos de uma luta de classes que seja feminista, antirracista e contra todas as formas de opressão.

Referências:

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 1-17, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia. “La femme est l’avenir du spectre”?. *In*: SABADO, François (org.). **Daniel Bensaïd, L’Intempestif**. Paris: La Découverte, 2012.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015a.
- ARRUZZA, Cinzia. Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory. **Viewpoint Magazine**, 2015b. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>. Acesso em 10.07.2023
- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 39-60, 2017.
- ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Entrevista a Giovanna Marcelino e Bruna Della Torre. **Crítica Marxista**, v. 51, p. 147-159, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; KING, Patrick. “Class struggle is not a game”: Daniel Bensaïd’s relational concept of class. **Século XXI – Revista De Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 21-44, 2020.
- BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l’histoire**. Paris: Éditions de la passion, 1995.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BENSAÏD, Daniel. **Le sourire du spectre: nouvel esprit du communisme**. Paris: Éditions Michalon, 2000.
- BENSAÏD, Daniel. Divisions sociales et convergences stratégiques. **Contretemps**, v. 7, p. 16-23, 2003.
- BENSAÏD, Daniel. **Cambiar el mundo**. Madrid: Catarata, 2004.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENSAÏD, Daniel. **Elogio de la política profana**. Barcelona: Península, 2009. BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENSAÏD, Daniel. O início de um novo debate: o regresso da estratégia. *In*: BENSAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. **Centelhas: marxismo e revolução no século XXI**. Organização de José Correa Leite. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BENSAÏD, Daniel. Estratégia e política: de Marx à III Internacional. **Marx e o marxismo**, v. 11, n. 21, p. 35-62, 2023.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. **Outubro**, n. 32, p. 99-113, 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023a.
- BHATTACHARYA, Tithi. Mapeando a teoria da reprodução social. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023b.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DUGGAN, Penelope. Prologue. *In*: ARRUZZA, Cinzia. **Dangerous Liaisons: The Marriages and Divorces**

of Marxism and Feminism. Pontypool: Merlin Press, Resistance Books, International Institute for Research and Education, 2013.

GAVA, Pedro. **Daniel Bensaïd e a razão dialética: classes sociais e luta de classes.** In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO 2023: Democracia contra capitalismo? Renovando o materialismo histórico, 2023. Anais eletrônicos. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2023/AnaisMM2023/40_MM2023_IDENT.pdf. Acesso em 18.12.2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.*

Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 86, p. 93-103, 2010.

MARCELINO, Giovanna Henrique. Feminismo, ponto de renovação do marxismo. **Outubro**, v. 33, p. 29-62, 2019.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de crítica da economia política** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **Plural**, v. 28, n. 2, p. 132-158, 2021.

TRAT, Josette. La question du féminisme. In: SABADO, François (org.). **Daniel Bensaïd, l'Intempestif.** Paris: La Découverte, 2012.

Notas

¹ Bacharel e licenciado em Filosofia (FFLCH/USP). Mestrando em Sociologia (IFCH/Unicamp). Membro do grupo de pesquisa *Intelectuais, cultura e política: passado e presente* (IFCH/Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4287692814258088>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3988-1012>. E-mail: pedro.mgrbarbosa@gmail.com.

² Ou “feminismo socialista”, a depender do país, como esclarece Penelope Duggan.

³ Ver o artigo “Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão”, de Maira Abreu (2018).

⁴ De acordo com Helena Hirata (2014, p. 65-66), um dos problemas identificados pelo feminismo materialista no uso do conceito de interseccionalidade seria justamente que este “não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça)”, mas inclui no mesmo patamar que estas uma “multiplicidade de pontos de entrada” (como “casta, religião, região, etnia, nação, etc.”).

⁵ Em uma outra formulação feita pela mesma autora, presente no verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” do *Dicionário crítico do feminismo*, encontramos: “A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social (...). Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de *interesses antagônicos*” (KERGOAT, 2009, p. 71). No mesmo verbete, Kergoat (2009, p. 72) também aborda a distinção entre as relações sociais que se dão entre os grupos em conflito (*rapporés*) e as relações intersubjetivas entre indivíduos (*relations*), esclarecendo que o léxico francês permite a utilização de termos distintos para cada caso.

⁶ Por outro lado, para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 40): “Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania, etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica”.

⁷ Revista então dirigida por Cinzia Arruzza ao lado, entre outros, de Asad Haider, autor de *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*.

⁸ Ver também Arruzza (2019, p. 101-108).

⁹ Vale notar que o processo de exploração não se restringe à esfera da produção, estendendo-se também à da circulação e da reprodução do conjunto da sociedade. Em Marx, a exploração não é tomada como uma relação restrita entre trabalhador e patrão na fábrica ou na empresa, mas como a exploração de uma classe por outra, ambas tomadas em seu conjunto, a nível social. Ver Daniel Bensaïd (1999, p. 143-164) e também Cinzia Arruzza e Patrick King (2020).

¹⁰ É interessante notar que em um artigo posterior, no qual busca responder algumas das críticas recebidas de outras autoras, Cinzia Arruzza (2015b) problematiza o seu uso anterior da ideia de “princípio organizativo”.

¹¹ Sobre a rejeição desta acusação de “funcionalismo”, ver Arruzza (2017, p. 53-56).

¹² Em outro momento, que nos parece reforçar o nosso argumento, Bhattacharya (2023a, p. 130) insiste que “o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que é chamado de não econômico”.

¹³ Bhattacharya (2019, p. 109) sustenta também que “é correto dizer (...) seguindo Lise Vogel, que a luta de classes representa a ‘dinâmica central’ do desenvolvimento social”. Este é um modo indireto de reconhecer a particularidade das relações de classe em relação às outras formas de opressão.

¹⁴ Este raciocínio poderia ser igualmente aplicado à visão das feministas marxistas, o que não significa dizer que estão equivocadas, mas apenas que procedem explicitamente segundo algum nível de hierarquização. Lélia Gonzalez (2020, p. 134), por sua vez, parece defender um maior peso para as categorias de classe e raça em relação a gênero: “Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – e também para as ameríndias –, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado”.

¹⁵ Daniel Bensaïd (1946-2010) foi militante da Liga Comunista Revolucionária – LCR na França e um dos mais importantes teóricos de sua corrente. Além de lhe dedicar seu livro *Ligações Perigosas* (“À memória de Daniel Bensaïd, o último dos intempestivos”), Cinzia Arruzza escreveu um artigo sobre a concepção de classes sociais de Bensaïd e contribuiu em um volume coletivo que tinha como objetivo destacar as suas contribuições teóricas e militantes (ARRUZZA; KING, 2020; ARRUZZA, 2012). Neste livro (*Daniel Bensaïd, l'intempestif*), a autora discute as reflexões de Bensaïd sobre a opressão das mulheres e, ainda na mesma coletânea, Josette Trat (2012) também opta por discutir a “questão do feminismo” no pensamento de Bensaïd.

¹⁶ No final dos anos 90, foi publicado ainda um outro volume: *Critique Communiste*, n. 154, “O feminismo em movimento”, 1999.

¹⁷ É com este entendimento que Bensaïd faz referência ao caráter transversal da “diagonal de classe”, o que “não implica de modo algum que todos os antagonismos sejam redutíveis ao enfrentamento entre duas ‘classes fundamentais’, mas que a diagonal do fronte de classe os atravessa e os combina sem, no entanto, confundi-los” (BENSAÏD, 2000, p. 78).

¹⁸ “O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividade de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como *momentos de um processo* no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o *momento predominante* [übergreifende Moment]. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. (...) O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são *membros de uma totalidade*, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma [na determinação antitética da produção], como *sobrepõe-se* sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos” (MARX, 2011, p. 68 e 75-76 - grifo nosso).

¹⁹ Como temos buscado sustentar, Bensaïd tinha clareza em relação a isto: “O *Capital* decifra a dinâmica de emancipação inscrita nas leis imanentes e tendenciais da realidade. Enquanto ciência negativa, a ‘crítica da economia política’ não é mais uma ciência regional instalada entre outras nas divisões e classificações do saber acadêmico. Ela torna-se, falando propriamente, o momento que permite reapreender o movimento de totalização do conhecimento numa sociedade específica – capitalista – onde o econômico determina a totalidade” (BENSAÏD, 1999, p. 296 - grifo nosso).

²⁰ Mesmo que inicialmente em termos mais abstratos e filosóficos, desde de 1843 Marx já havia começado a se dar conta deste potencial de universalização do proletariado: “Onde se encontra, então, a possibilidade *positiva* de emancipação alemã? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com *grilhões radicais* (...); uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas (...). Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o *proletariado*” (MARX, 2013, p. 162).

²¹ “Para nós, o ponto crítico e a chave para compreender o presente é que a *luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social*: por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso a energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso, são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres, contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 40).

Recebido em: 01 de out. 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023